

EDITORIAL

No processo de fortalecimento da participação social, a execução penal assume o desafio de ampliar e qualificar os mecanismos de transparência e controle institucional, reafirmando seu compromisso com os princípios do Estado Democrático de Direito. Em um contexto no qual a gestão penal tem buscado aprimorar a produção e a divulgação de informações qualificadas, bem como fortalecer os canais de diálogo entre o Estado e a sociedade, iniciativas voltadas à transparência, à participação e ao controle social tornam-se fundamentais para a construção de políticas públicas mais legítimas, eficientes e comprometidas com a garantia dos direitos fundamentais.

Nos últimos anos, esse debate ganhou novo impulso em razão da implementação do Plano Pena Justa, elaborado em resposta ao reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Estado de Coisas Inconstitucional no sistema prisional brasileiro. O Plano estabelece diretrizes que reforçam a importância da atuação coordenada entre os diferentes entes federativos, do fortalecimento dos mecanismos de escuta institucional, da produção de evidências e da efetiva participação da sociedade na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas penais, consolidando esses elementos como fundamentos para o aprimoramento da governança da execução penal.

É nesse cenário que a Revista Brasileira de Execução Penal apresenta o dossiê temático “Participação e Controle Social na Execução Penal”, reunindo pesquisas e relatos de experiência que demonstram como a transparência, a comunicação pública, as ouvidorias, os conselhos da comunidade, os processos participativos e a inovação tecnológica vêm assumindo papel estratégico na qualificação da gestão dos serviços penais brasileiros.

Esta edição representa também mais um importante momento da trajetória institucional da Rbep. Em 2025, a revista ultrapassou a marca de 82 mil acessos à sua plataforma eletrônica, o maior volume de acessos desde sua instituição, resultado que demonstra o crescente interesse da comunidade científica, de gestores públicos e de profissionais dos serviços penais pelo conhecimento produzido e divulgado pelo periódico. Soma-se a esse resultado o recente reposicionamento da revista para o estrato A4 do Qualis Periódicos da Capes, reconhecimento que corrobora o trabalho desenvolvido pela equipe editorial em prol da qualidade científica, da internacionalização e do fortalecimento da produção acadêmica dedicada à execução penal.

Esses avanços somente foram possíveis graças ao trabalho coletivo que sustenta cada edição publicada. A construção da Revista Brasileira de Execução Penal é resultado da dedicação de muitas mãos que, cotidianamente, contribuem para o fortalecimento deste espaço de produção e difusão do conhecimento científico. Nesse percurso, merece destaque o apoio institucional da alta gestão da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), cujo incentivo tem sido fundamental para a consolidação da revista como instrumento estratégico de disseminação do conhecimento e de fortalecimento das políticas penais brasileiras.

Registramos, igualmente, nosso reconhecimento às integrantes e aos integrantes do Conselho Científico e do Comitê Executivo da Rbep, cuja atuação orienta o aperfeiçoamento contínuo da política editorial do periódico. Agradecemos às autoras e aos autores que confiaram seus manuscritos à Revista Brasileira de Execução Penal, compartilhando pesquisas, experiências e reflexões que ampliam o debate científico sobre os serviços penais brasileiros. Estendemos, ainda, nosso sincero agradecimento às pareceristas e aos pareceristas que, de forma voluntária, dedicaram tempo, conhecimento e rigor técnico ao processo de avaliação por pares, contribuindo decisivamente para a qualidade científica, a credibilidade e o contínuo aprimoramento editorial da Rbep.

É desse esforço coletivo que resulta o volume ora apresentado e todos os outros já publicados. Reunindo contribuições de diferentes instituições, áreas do conhecimento e perspectivas teórico-metodológicas, esta edição oferece um panorama plural sobre questões centrais da execução penal contemporânea. Os trabalhos aqui reunidos refletem a diversidade de abordagens que caracteriza o campo, ao mesmo tempo em que convergem para um objetivo comum: qualificar o debate científico e fortalecer a produção de conhecimentos capazes de subsidiar o aperfeiçoamento das políticas e dos serviços penais.

O presente volume está organizado em três seções: Dossiê Temático, Fluxo Contínuo e Entrevista, cujos trabalhos dialogam entre si ao abordar diferentes dimensões da execução penal contemporânea.

O percurso temático do dossiê inicia-se com reflexões voltadas ao fortalecimento da governança democrática da execução penal por meio das ouvidorias e dos mecanismos institucionais de controle social. Em *Ouvidorias, governança e controle social: a criação e a atuação da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais*, João Vitor Elpidio Ferreira, Wesley Andrade Messias e Manuela da Silva Amorim analisam a trajetória institucional da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais (Onasp), destacando seu papel na consolidação da escuta qualificada, da transparência e da participação social, em consonância com as diretrizes do Plano Pena Justa.

Ainda nesse eixo, Kenia Bosser Fazolo Ton, Lorrayne de Moraes Areal Loyola, Silvio Nespoli Dan e Sirval Martins dos Santos Júnior, em *Governança integrada na administração penitenciária: a experiência da Ouvidoria da Secretaria de Justiça do Espírito Santo*, examinam a evolução da Ouvidoria capixaba como instrumento de *accountability* institucional, demonstrando como a integração entre integridade, inovação tecnológica, regionalização administrativa e transparência contribui para o aperfeiçoamento da gestão penitenciária. Complementando esse conjunto de estudos, Thais Mara Alexandrino e Gabriela Câmara Campos Bernardes Siqueira, em *A Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais como instrumento de controle social: inovações e perspectivas do Projeto Ouvidoria 4.0*, apresentam a modernização da Ouvidoria mineira por meio da incorporação de novas tecnologias, da padronização de procedimentos e do uso estratégico de dados para qualificar a participação cidadã e subsidiar a tomada de decisões na administração pública.

Na sequência, o dossiê reúne experiências que exploram a contribuição da comunicação pública e da inovação tecnológica

no fortalecimento da transparência e do acesso à informação. Em *A integração entre as assessorias de comunicação para o fortalecimento da comunicação pública e da transparência no sistema penal: estudo de caso da Rede de Comunicação do Sistema Penal (Recopen)*, Ane Cristine da Silva, Katllen Maria do Nascimento Figueiredo e Emanuely Cristiny Medeiros Faria dos Santos analisam a experiência da Recopen como estratégia de cooperação entre as assessorias de comunicação dos órgãos responsáveis pela execução penal, evidenciando como a atuação articulada amplia a circulação de informações qualificadas e fortalece o diálogo entre as instituições e a sociedade. Na mesma perspectiva, Diego Cleber Oliveira, Ana Paula Bento Silva e Michel Lima de Souza, em *Tecnologia a serviço das ouvidorias no sistema prisional: relato de experiência sobre a implementação de chatbots em São Paulo*, descrevem a implantação de soluções automatizadas de atendimento inicialmente desenvolvidas em unidades prisionais paulistas e posteriormente adaptadas em âmbito nacional, destacando o potencial das ferramentas digitais para aperfeiçoar a comunicação institucional, racionalizar fluxos administrativos e ampliar o acesso da população aos serviços de ouvidoria.

O último conjunto de trabalhos concentra-se nas experiências de participação social na formulação e no acompanhamento das políticas penais. Em *Os Conselhos da Comunidade da Execução Penal como aliados dos servidores do sistema penitenciário*, Andrey Lyncom Soares Bento amplia a compreensão tradicional acerca dos Conselhos da Comunidade ao apresentar sua contribuição não apenas para o acompanhamento da execução penal, mas também para a valorização dos profissionais que atuam nas unidades prisionais e para o aprimoramento das condições institucionais de trabalho. Em seguida, Jaqueline Oliveira Bagalho, Juliana Carneiro Botelho, Taís da Rocha Pinto Silva e Thaynná Loureiro de Oliveira, no relato de experiência *Participação social: cidadania como eixo constitutivo do Plano Estadual Pena Justa no Espírito Santo*, descrevem a construção participativa do plano estadual por meio de consultas públicas, escutas qualificadas e assembleias abertas, demonstrando como diferentes segmentos da sociedade podem contribuir para a formulação das políticas penais.

Tomados em conjunto, os trabalhos que integram o dossiê demonstram que a governança da execução penal se fortalece quando mecanismos de escuta institucional, comunicação pública, inovação tecnológica e participação social atuam de forma articulada. Ao reunir experiências desenvolvidas em âmbito nacional e estadual, os estudos revelam caminhos para qualificar a gestão pública, ampliar a interlocução entre Estado e sociedade e consolidar políticas penais mais transparentes, colaborativas e orientadas por evidências.

A seção Fluxo Contínuo reúne dez artigos que ampliam o escopo temático desta edição ao abordar diferentes dimensões da execução penal brasileira. Embora tratem de objetos distintos, as pesquisas dialogam entre si ao oferecer diagnósticos empíricos, análises históricas, reflexões jurídicas e relatos de experiências capazes de subsidiar o aperfeiçoamento das políticas públicas e fortalecer o debate científico sobre os serviços penais.

O primeiro conjunto de trabalhos dedica-se às políticas de reintegração social, reunindo iniciativas voltadas ao fortalecimento da cidadania e à ampliação das possibilidades de inclusão das pessoas submetidas ao sistema de justiça criminal.

Em *A atuação do Escritório Social de Palmas/TO na reinserção social de pessoas egressas do sistema prisional: relato de experiência com base em estudo de caso*, Leandro Bezerra de Sousa e Aloísio Alencar Bolwerk sistematizam quatro anos de funcionamento do Escritório Social de Palmas, apresentando sua metodologia de atuação, a articulação interinstitucional construída com a rede de políticas públicas e os resultados alcançados no acolhimento e acompanhamento de pessoas egressas e seus familiares. O relato aponta a importância dos Escritórios Sociais como instrumentos estratégicos para reduzir vulnerabilidades e fortalecer as políticas de reintegração social.

Ainda nesse eixo, Leonardo Unser Guerra Moletta, Fernanda Analú Marcolla e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, em *Eficácia da monitoração eletrônica na execução penal: a função das equipes multidisciplinares na integração social das pessoas monitoradas*, analisam o papel desempenhado pelas equipes multidisciplinares na execução da monitoração eletrônica, demonstrando que a efetividade da medida depende não apenas da tecnologia empregada, mas também do acompanhamento psicossocial capaz de favorecer processos de integração social e reduzir situações de vulnerabilidade.

A educação como instrumento de garantia de direitos e de fortalecimento do controle social é abordada por Yasmin Bizzi Ferrari e Luís Gustavo Durigon em *Indicadores e monitoramento social da execução penal: a remição da pena pelo estudo no Rio Grande do Sul*. A partir da análise de indicadores produzidos pelo Observatório do Sistema Prisional do Rio Grande do Sul, os autores discutem a evolução da oferta educacional nas unidades prisionais, destacando a relevância da produção de dados confiáveis para a transparência, o monitoramento das políticas públicas e a efetivação do direito à educação no cárcere.

O segundo eixo reúne pesquisas voltadas às garantias processuais e ao controle da privação da liberdade, especialmente por meio das audiências de custódia.

Em *A audiência de custódia como mecanismo de superação da cultura de conversão automática da prisão em flagrante em prisão preventiva*, Joyce Moraes e Sofia Fagundes Veloso de Mattos discutem os desafios enfrentados para romper práticas historicamente marcadas pelo encarceramento automático. A pesquisa demonstra que, embora as audiências de custódia tenham produzido avanços importantes na racionalização das prisões cautelares, persistem obstáculos estruturais relacionados à cultura punitivista que limita o pleno potencial desse instituto.

Na mesma temática, Alexandre Pereira da Rocha, em *Sobre pássaros e gaiolas: audiências de custódia e controle punitivo no Distrito Federal (2016–2023)*, apresenta uma análise empírica baseada em dados oficiais do Núcleo de Audiências de Custódia do Distrito Federal. O estudo aponta avanços relacionados à ampliação da concessão de liberdade provisória e à utilização de medidas cautelares diversas da prisão, ao

mesmo tempo em que chama atenção para a necessidade de maior transparência na apuração das denúncias de violência policial registradas durante essas audiências.

As tensões entre proteção integral da infância, maternidade e política criminal são discutidas por Luís Otávio Vilela da Cruz em *Mães, crianças e o cárcere: o dilema da prisão domiciliar em crimes com violência contra menores*. O autor examina os desafios jurídicos decorrentes da aplicação da prisão domiciliar em situações envolvendo mulheres condenadas por crimes praticados contra crianças, refletindo sobre os limites da legislação vigente e a necessidade de soluções que conciliem a proteção dos direitos da infância com os princípios que orientam a execução penal.

Um terceiro conjunto de pesquisas oferece diferentes perspectivas sobre a realidade do sistema prisional brasileiro, combinando análises históricas, estudos empíricos e investigações etnográficas.

Em *Análise sociocriminal da população carcerária feminina do Pará*, Larissa Paiva Lopes e Jorge Fabricio dos Santos traçam um panorama atualizado das características socioeconômicas e criminais das mulheres privadas de liberdade naquele estado, analisando a relação entre marcadores sociais, desigualdades estruturais e vulnerabilidades na composição da população prisional feminina.

A dimensão histórica da política penal brasileira é explorada por Lucas Lopes de Carvalho em *História das prisões no Brasil: do surgimento ao Estado de Coisas Inconstitucional*. O artigo percorre a evolução do sistema prisional desde o período colonial até a contemporaneidade, demonstrando como fatores estruturais acumulados ao longo do tempo contribuíram para o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Estado de Coisas Inconstitucional no sistema penitenciário brasileiro.

Sob uma perspectiva etnográfica, Gabriel Carvalho Ribeiro de Lima, em *Entre celas e corró: uma etnografia imersiva do universo carcerário*, apresenta uma imersão no cotidiano das relações sociais construídas no interior do cárcere. A partir da participação observante, o estudo revela como códigos informais, relações de poder, solidariedade e violência estruturam a dinâmica prisional e produzem formas próprias de organização da vida cotidiana.

Encerrando a seção de Fluxo Contínuo, Paulo Sérgio Pereira de Amorim e Luanda Santiago apresentam *The role of Instagram in the Brazilian Penal Police: the popularity of prison and social reintegration content*, pesquisa que aproxima os estudos sobre execução penal do campo da comunicação pública digital. Ao analisar o desempenho de publicações realizadas pela Polícia Penal do Piauí na plataforma Instagram, os autores investigam como diferentes tipos de conteúdo despertam o interesse do público, identificando maior engajamento em temas relacionados ao ambiente prisional em comparação àqueles voltados às ações de reintegração social.

Complementando esta edição, a seção Entrevista apresenta uma conversa com Luciana Gomes Ferreira de Andrade, presidenta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Ao longo da entrevista, são abordados os principais desafios da política penal brasileira, o papel estratégico do Conselho na formulação de

diretrizes nacionais, os avanços decorrentes da implementação do Plano Pena Justa e a relevância da participação social, da produção científica e da cooperação federativa para o fortalecimento da execução penal.

Tomados em conjunto, os trabalhos que compõem esta edição revelam a amplitude e a diversidade das pesquisas atualmente desenvolvidas sobre execução penal no Brasil. A pluralidade de abordagens metodológicas, objetos de investigação e experiências institucionais confirma o amadurecimento do campo científico e a constatação de que a qualificação das políticas penais passa, necessariamente, pelo diálogo permanente entre academia, gestão pública, sistema de justiça e sociedade civil.

Esperamos que este volume contribua para fortalecer esse diálogo, estimulando novas pesquisas, subsidiando a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e ampliando os espaços de reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da execução penal.

Convidamos nossas leitoras e nossos leitores a conhecerem os trabalhos que integram esta edição e a acompanharem as próximas iniciativas da Revista Brasileira de Execução Penal, visitando a página eletrônica do periódico, onde permanecem disponíveis todas as edições publicadas, chamadas para submissão, entrevistas, eventos científicos e demais ações promovidas pela equipe editorial. Que a leitura deste volume inspire novos debates, fomenta a construção coletiva do conhecimento e fortaleça o compromisso com uma execução penal cada vez mais transparente, participativa, democrática e comprometida com a promoção dos direitos humanos.

CLAUDENIR DOS SANTOS
Organizador